



ACÓRDÃO Nº413/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11132/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Boa Vista do Ramos.
- 4- **Exercício:** 2016.
- 5- **Responsável:** Ronaldo Dias Pereira (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Despacho nº 79/2020, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Boa Vista do Ramos. Exercício de 2016.

Irregularidade. Multa. Alcance. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar irregular a Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Boa Vista do Ramos, relativa ao exercício de 2016, de responsabilidade do **Sr. Ronaldo Dias Pereira**, nos termos do art. 71, II, da CF/88, art. 40, II, da CE/89, art. 1º, II, 2º, 4º, 5º, I e 22, III da Lei nº 2.423/96 c/c art. 11, III e art. 188, § 1º, III, "b" e "c" da Resolução nº 04/02-TCE;

10.2. Aplicar Multa no valor de **R\$6.827,19** (seis mil, oitocentos e vinte e sete reais e dezenove centavos) ao **Sr. Ronaldo Dias Pereira**, que deverá ser recolhida **no prazo de 30 (trinta) dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, com base no art. 54, III, da Lei Orgânica do TCE/AM c/c o art. 308, V, da Resolução TCE/AM nº 04/02, com nova redação dada pela Resolução nº 04/2018, por atos de gestão ilegítimos ou antieconômicos que resultaram em injustificados danos ao erário citados no Relatório/Voto (restrições constantes dos subitens 3.1.3.1 e 3.1.3.2, referente à Notificação de nº 001/2017-CI/DICOP/CMBVR);



ACÓRDÃO Nº413/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10.3. Aplicar Multa no valor de **R\$13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos) ao **Sr. Ronaldo Dias Pereira**, que deverá ser recolhida **no prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, com base no art. 54, II, da Lei Orgânica do TCE/AM c/c o art. 308, VI, da Resolução TCE/AM nº 04/02, com nova redação dada pela Resolução nº 04/2018, por atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial citados no Relatório/Voto (restrições apontadas nos subitens de nºs 3.1.1.1, 3.1.1.2, 3.1.2.1, 3.1.2.4, 3.1.2.5, 3.1.3.1, 3.1.3.2 – referente à Notificação Nº 068/2019-DICOP, bem como as restrições de nº 02, 04, 05, 06, 07, 08, 09 e 10 listadas no Relatório Conclusivo nº 40/2018 da DICAMI);

10.4. Considerar em Alcance o **Sr. Ronaldo Dias Pereira** no valor de **R\$19.102,68** (dezenove mil, cento e dois reais e sessenta e oito centavos), que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Câmara Municipal de Boa Vista do Ramos, nos termos do art. 304, do Regimento Interno do TCE/AM, em função das glosas especificadas no Relatório Conclusivo de nº 094/2018-DICOP, correspondente ao somatório dos valores apontados nos subitens 3.1.3.1 e 3.1.3.2-referente à Notificação de nº 068/2019-DICOP, pela não comprovação da boa e regular aplicação de recursos despendidos nos “serviços de pavimentação de calçadas em concreto, na sede da Câmara de Boa Vista do Ramos/AM”, de acordo com o art. 22, inciso III, alínea "b" e "c", da Lei N.º 2.423/96 c/c art. 304 da Resolução N.º 04/02 do TCE-AM. **O prazo para recolhimento é de 30 (trinta) dias;**

10.5. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que proceda à instauração de cobrança executiva, no caso de não-recolhimento do valor da condenação, nos moldes do art. 173 da Resolução nº 04/02-TCE/AM;

10.6. Determinar à Câmara Municipal de Boa Vista do Ramos, que:

- a)** Prese pela transparência na gestão fiscal, no que tange a atualização e aperfeiçoamento do Portal da Transparência;
- b)** Observe com rigor a Lei 8.666/93, a qual estabelece que o procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e



ACÓRDÃO Nº413/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente;

c) A implementação de um sistema de Controle Patrimonial, bem como que seja designado um servidor responsável por tal controle.

11- Ata: 10ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 28 de Abril de 2020.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO

Conselheiro-Presidente

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO

Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA

Procurador-Geral